



PLANEJAMENTO E SERVIÇO SOCIAL: elementos para elaboração de projetos

Lindsey Oliva Fontana Schmitz
Sirlândia Schappo

RESUMO

O trabalho discute o planejamento no âmbito do Serviço Social, focando a discussão no meio mais elementar, operativo e detalhado desse processo: o projeto social. O texto apresenta discussões teóricas sobre o tema e um exemplo de um projeto desenvolvido em um dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS de Florianópolis em 2017, como forma de ilustrar uma experiência que parte de determinado problema, visando alcançar as mudanças almeçadas. Nele, evidenciam-se os principais elementos constituintes deste instrumento: introdução, justificativa, objetivos, metas, metodologia, cronograma, recursos e referências.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento; Projeto; Política Social; Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o planejamento no âmbito do Serviço Social remete-nos a pensar os limites e possibilidades tanto no plano teórico quanto em sua apreensão nos espaços sócio-ocupacionais. O trabalho tem como objetivo apresentar discussões teóricas sobre a temática do planejamento no Serviço Social e um exemplo de um projeto desenvolvido no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS -Trindade de Florianópolis em 2017, focando a discussão no meio mais elementar, operativo e detalhado desse processo: o projeto social. Busca-se assim contribuir com subsídios para a elaboração de novos projetos, destacando este em suas dimensões técnicas, mas também ético-políticas.

No exemplo citado evidenciam-se os principais elementos constituintes de um projeto: introdução, justificativa, objetivos, metas, metodologia, cronograma, recursos e referências. Para além destes aspectos de formatação e organização, observam-se ainda as intencionalidades que movem a sua elaboração, no sentido de estar orientado na busca pela efetivação da cidadania e concretização desta por meio das políticas públicas. Destacam-se ainda o papel que o Serviço Social pode desempenhar e a importância do referido instrumento na ampliação do acesso aos serviços, na articulação com a sociedade civil e na articulação intersetorial com os serviços públicos, de modo a pressionar os órgãos gestores e unir forças, para o atendimento das demandas e necessidades da população.

2 O PLANEJAMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

As discussões teóricas sobre o planejamento no Serviço Social remetem-nos à textos e autores que abordam a temática enfocando diferentes aspectos sobre o trabalho do Assistente Social com este instrumental. Seguindo as diferentes perspectivas históricas predominantes na profissão, os profissionais, inicialmente, adotavam o planejamento a partir dos pressupostos funcionalistas e tecnicistas, sendo que após a Reconceituação adotou-se



uma perspectiva mais crítica. Nesta, especialmente após a Constituição de 1988, o planejamento é compreendido como um instrumento fundamental para dar vazão as demandas e necessidades da população.

Baptista (2000) destaca o planejamento enquanto um processo que envolve reflexão, decisão, ação e retomada da reflexão, exigindo uma análise sobre as intencionalidades, a dimensão político-decisória que dá suporte ético-político à ação técnico-administrativa.

Este processo envolve assim diferentes interesses e grupos com perspectivas muitas vezes divergentes, sendo que as intencionalidades e a tomada de decisões são permeadas pelas correlações de forças. Estas muitas vezes dificultam processos democráticos ou que atendam os interesses dos usuários no âmbito institucional e na gestão das políticas públicas. Esses embates exigem que diferentes profissionais, em especial os assistentes sociais ocupem espaços relevantes de planejamento e que possibilitem dar vazão às demandas dos usuários.

Teixeira (2009, p. 2-3) afere que “Cabe, entretanto, a gestores e técnicos, processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando a sua formatação e execução.” A autora destaca no texto a conquista de novas responsabilidades profissionais e de novos espaços ocupacionais, especialmente com o ingresso dos Assistentes Sociais no campo da formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, planos, programas e projetos sociais. O contexto é referente à expansão da concepção de direitos sociais nos marcos da Constituição de 1988, impondo a apropriação de conceitos e procedimentos para a atuação na gestão e planejamento em âmbito institucional e não institucional.

O planejamento envolve assim um conjunto de prioridades e de tomada de decisões a partir de determinada realidade tida como problemática, tendo em vista uma realidade desejada. Ele busca orientar um trabalho que não se restringe à improvisação, antecipa resultados, reduz incertezas, riscos, partindo sempre de determinadas intencionalidades, não se constituindo apenas em um processo técnico-administrativo, mas também ético-político, envolvendo tomada de decisões. Nesse sentido Fritsch (1996) e Teixeira (2009) destacam a importância da participação da população neste processo, socializando poder de decisão no direcionamento das políticas públicas.

Nesta direção, Bertollo (2016) ao reconhecer o planejamento enquanto um ato técnico e também político, analisa a necessidade e pertinência da operacionalização deste em consonância com o que o projeto ético-político da profissão, destacando o quanto esta direção poderia contribuir para superar formas centralizadoras, burocráticas e funcionais à ordem hegemônica e colocar-se no âmbito do tensionamento e alargamento da esfera política de atuação do Serviço Social.



O planejamento no Serviço Social configura-se enquanto competência e direito dos Assistentes Sociais. Porém, ainda ocupa um espaço restrito no âmbito teórico e prático da profissão. Bonin e Kruger (2015) abordam esta problemática destacando três questões: a dificuldade dos Assistentes Sociais em sistematizar suas ações profissionais – base para ações planejadas; A pouca participação dos Assistentes Sociais nos processos de planejamento das políticas sociais e a escassa produção teórica na trajetória do Serviço Social sobre o tema.

Cabe destacar a relevância de aportes teóricos que possam fundamentar e dar subsídios às discussões sobre planejamento na formação profissional e nos espaços sócio-ocupacionais. O objetivo aqui é apresentar elementos que possam orientar este debate, mais especificamente a discussão sobre um dos componentes do processo de planejamento: a elaboração de projetos¹.

3 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE UM PROJETO

Neste item apresentaremos um exemplo de projeto que contempla alguns dos elementos constitutivos deste instrumento: introdução, justificativa, problematização teórica, objetivo geral, objetivos específicos, metas, público alvo e metodologia. O projeto foi desenvolvido a partir das demandas identificadas em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Florianópolis, campo de estágio do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

O projeto expressa e resulta de alguns dos pressupostos do Projeto Pedagógico do referido Curso (2013), como da articulação dos conteúdos, apreendidos no decorrer das fases do curso. O estágio obrigatório consiste em um processo desenvolvido ao longo de três semestres e que tem seu início na sexta fase e é encerrado na oitava fase do curso. Na sétima fase do Curso, a partir das análises sobre a instituição realizadas na primeira fase de estágio (sexta fase), o estudante elabora um projeto, sendo que a dinâmica ensino-aprendizagem – viabilizada através das disciplinas Gestão e Planejamento em Serviço Social I e Supervisão Obrigatória de Estágio em Serviço Social II - agrega aportes teóricos sobre os principais elementos constituintes de um projeto.

Em seguida, apresentamos uma síntese de alguns destes elementos: *Título* – este deve refletir o tema central e o objetivo geral; *Justificativa* – Nela argumenta-se sobre a importância do projeto, as deficiências e necessidades que justificam a existência do projeto, caracteriza-se a questão a ser enfrentada e a população que sofre as suas consequências; *Público-alvo* – Constitui a população diretamente beneficiada pelo projeto e local onde ele

¹ Compreende-se que o planejamento não pode ser confundido com plano, programa ou projeto, estes são apenas os meios pelos quais o planejamento se expressa. “A distinção básica entre plano, programa e projeto está, portanto, no nível de agregação de decisões e no detalhamento das operações de execução” (TEIXEIRA, 2009, p. 4)



se desenvolverá; *Objetivos* – estes devem estar baseados em interesses comuns e devem exprimir uma situação positiva a ser alcançada, devem contribuir para solucionar o problema apresentado na justificativa; *Objetivo Geral* - diz respeito à solução do problema. É mais abrangente; *Objetivos Específicos* - devem expressar situações que contribuem para alcançar o objetivo geral e são caracterizados por ações efetivas; *Metas* - são quantificações dos objetivos, fundamentais para o acompanhamento e avaliação do projeto; *Metodologia* - descrição do caminho que se escolheu para se atingir os objetivos. Como o projeto será implementado, atores envolvidos, procedimentos adotados para a execução das ações. (CAMPOS, ABEGÃO, DELAMARO, 2002).

Os elementos anteriores compreendem alguns dos principais itens que constituem um projeto, lembrando que a eles podem ser acrescentados recursos, orçamento, cronograma, entre outros. Destaca-se ainda a importância, na elaboração de um projeto, de se ter clareza quanto ao problema ou questão a ser enfrentada, assim como os caminhos escolhidos para este enfrentamento, os resultados e impactos esperados. O referido é fundamental, pois um projeto - parte mais elementar, operativa e detalhada do planejamento - representa uma tentativa de solucionar um problema ou preencher uma necessidade, com o intuito de gerar mudanças ou transformações.

No projeto aqui exposto são articulados aspectos da realidade oriundos de uma experiência no âmbito da instituição/campo de estágio CRAS-Trindade e os conteúdos das disciplinas Supervisão Obrigatória de Estágio em Serviço Social II e Gestão e Planejamento em Serviço Social I, ministradas durante o semestre 2017.1, no Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

3.1 Título

Mapeamento do território: contribuições do CRAS-Trindade para a articulação intersetorial

3.2 Justificativa

A identificação da problemática delimitada no projeto decorre do reconhecimento da instituição, da aproximação com os parâmetros normativos que a balizam e de reflexões teóricas sobre o tema, para após identificar possibilidades interventivas. Ao longo desse percurso foi possível visualizar alguns entraves para a efetivação das funções atribuídas aos CRAS. Sendo este uma unidade de referência em Assistência Social para um território delimitado, tem por função ofertar serviços socioassistenciais, vinculados a proteção social básica, e realizar a gestão territorial da localidade. Neste projeto, nos ateremos a gestão do território, cabe então, desdobrar as ações que a compõem. A gestão territorial é efetivada através da articulação entre os serviços, benefícios e projetos socioassistenciais e destes



com as diversas áreas e setores das políticas públicas. É composta também pelos processos de busca ativa, que consiste na identificação dos fatores que influenciam o modo de vida da população (BRASIL, 2004). Um passo fundamental para a efetivação das referidas funções dos CRAS consiste na realização da territorialização. O termo refere-se ao “reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social” (p.17), é um dos 11 princípios estruturantes da gestão SUAS (NOBSUAS/2005).

Esse processo de reconhecimento deve anteceder a implantação dos CRAS, para que se localizem em pontos estratégicos, ou seja, nas regiões com maior incidência de vulnerabilidade e risco social. A territorialização propicia a identificação dessas localidades. Deve, também, fazer parte do cotidiano institucional, por meio da coleta de indicadores sobre o local de abrangência dos CRAS, referentes ao espaço físico, a identificação das relações sociais, econômicas e de poder que permeiam aquela realidade (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013). Tal reconhecimento consta nas normativas do SUAS como pré-requisito para a adequada oferta dos serviços. A Política Nacional de Assistência Social reconhece o Brasil enquanto um país vasto e desigual, sendo, portanto, relevante o conhecimento das particularidades locais, tornando possível a compreensão dos modos de vida, das necessidades e estratégias da população. Esse reconhecimento qualifica a intervenção, de modo a incidir sobre os problemas concretos e as potencialidades do território (BRASIL, 2004). Sendo que a diversidade territorial impacta na constituição das redes socioassistencial e intersetorial, apresentando várias configurações. (BRASIL, 2012, p. 72).

Considerando-se que a prestação de serviços socioassistenciais foi idealizada de modo articulado à gestão do território, identifica-se que há uma relação de dependência e complementariedade nessas duas esferas de atuação. Portanto, um processo de gestão efetivo deve compatibilizar o conhecimento territorial à oferta de serviços, através da articulação entre as instituições que atendem esses usuários. Nesse sentido, o projeto *Mapeamento do território: contribuições do CRAS-Trindade para a articulação intersetorial* consiste em uma tentativa de contribuir para a articulação intersetorial, a compreendendo enquanto uma atribuição dos CRAS. Destaca-se a necessidade do trabalho em rede para efetivação das funções do CRAS frente a uma realidade que apresenta algumas particularidades e entraves para essa efetivação.

Na cidade de Florianópolis os CRAS possuem uma densidade populacional de abrangência elevada, sendo a maior no CRAS – Trindade com 77.412 habitantes. (SINDRA/Censo IBGE 2010 apud SEMAS, 2015). Percebe-se então, que a proporção populacional referente ao CRAS-Trindade já estava em desacordo com a NOBSUAS no



referido ano, pois esta prevê, para o acompanhamento da PSB, territórios com até 5.000 famílias em situação de vulnerabilidade, em locais com até 20.000 habitantes.

Tal particularidade impacta nas ações de planejamento, gestão e conhecimento do território, assim como na articulação com a rede de serviços intersetoriais e socioassistenciais, dificultando ou colocando limites à sua realização. Destacando-se a necessidade de um maior conhecimento do território, no que se referente à população habitante e as instituições que operam nas localidades (escolas, ONGs, Unidades Básicas de Saúde e etc.). As articulações existentes podem ser caracterizadas como parte de uma rede pessoalizada, pois decorrem de uma relação entre profissionais, que se desfaz quando estes deixam a instituição. Portanto, a articulação permanece, por vezes, relegada a realização de encaminhamentos.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de abertura de novos CRAS ou ampliação das equipes de referência no município de Florianópolis. No âmbito do CRAS, as possíveis vias de enfrentamento da situação relacionam-se a articulações com a sociedade civil e articulação intersetorial com os serviços públicos, de modo a pressionar os órgãos gestores e unir forças, nos casos que necessitem de enfrentamento. No âmbito emergencial, torna-se ainda mais necessário o conhecimento e articulação com a rede intersetorial para realizar encaminhamentos, de modo que as necessidades dos usuários sejam minimamente atendidas. Essas possibilidades passam pelo processo de conhecimento do território, dos meios de organização da população e da rede de oferta de serviços, benefícios e projetos. Ressalta-se então, a vinculação deste projeto com às necessidades impostas pelo momento atual, sendo relevante o intento deste projeto, para qualificar a oferta de serviços, e auxiliar a equipe técnica nas articulações com a sociedade civil e articulação intersetorial com os serviços públicos. Nesse sentido, a *construção de uma base de dados que visa subsidiar e incentivar a articulação intersetorial* pode impactar na formação de uma sólida rede de serviços e atendimento à população e na ampliação das articulações em prol da efetivação de políticas públicas e de direitos dos usuários.

3.3 Objetivo geral

Contribuir para a articulação intersetorial no território de abrangência do CRAS Trindade através do levantamento dos serviços, benefícios e projetos ofertados no território.

3.4 Objetivo específico

Realizar mapeamento dos serviços, benefícios e projetos ofertados no território de abrangência para o público do CRAS Trindade; Estabelecer contatos com as instituições prestadores de serviços, benefícios e projetos na área de abrangência do CRAS-Trindade, para coletar informações necessárias a realização de encaminhamentos e a articulação



intersetorial; Sistematizar as informações obtidas para socializá-las com os técnicos de referência dos CRAS e com as instituições contatadas.

3.5 Metas

Mapear e contatar todas as instituições prestadoras de serviços, benefícios e projetos para o público do CRAS Trindade; Otimizar, qualificar o atendimento aos usuários e fortalecer a articulação intersetorial; Ampliar as informações, a serem repassadas aos usuários, referente ao acesso aos serviços, benefícios e projetos mapeados no território do CRAS-Trindade.

3.6 Problematização

As políticas sociais como direito requerido pela sociedade e encampado pelos poderes públicos surgem em Fins do Século XIX. Antes desse período, existiam escassas atenções públicas às necessidades sociais. (PEREIRA, 2009). Um contexto que exige novos aportes para a produção e reprodução do sistema capitalista, frente à ampliação da pobreza, da desigualdade e das reivindicações por parte dos trabalhadores por melhores condições de vida.

No que se refere ao contexto brasileiro, mais especificamente em relação à assistência social, a Constituição Federal de 1988 apresentou avanços nesse horizonte, teceu um arcabouço normativo no qual algumas políticas sociais passam a ser desvinculadas da necessidade de contribuição individual, predominando o conceito de seguridade sobre o de seguro. Cabe então, ao Estado brasileiro, assegurar aos cidadãos, um conjunto de proteções sociais referentes à saúde, previdência e assistência social.

Um desses avanços refere-se à inserção da assistência social no ramo das políticas públicas. A referida inserção refletiu a alteração nas concepções que balizavam o trato nesta esfera. Historicamente relegada a intervenções filantrópicas ou pontuais, a pobreza passou a ser identificada como uma questão de relevância social comprometendo o Estado na sua execução. No entanto, contexto-histórico brasileiro, permeado por relações clientelistas, torna-se um entrave para a efetivação dessas novas concepções, assim como os princípios neoliberais que permearam a política brasileira, especialmente na década de 1990 e na atualidade com uma retomada potencializada de tais princípios.

Apesar das dificuldades no que se refere à implantação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) e seu arcabouço normativo (a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOBSUAS/2005) e entre outros), conseguiu-se inaugurar um novo debate político-institucional na esfera da assistência social, propondo mudanças estruturais e conceituais, que tornaram possível o reconhecimento público e a legitimação das



demandas dos usuários. A Assistência Social é a área que demonstra maior clareza política acerca da importância da atuação intersetorial. Esse viés é amplamente presente nas normativas que a balizam, sendo atribuída a Assistência Social a função de articular a rede de serviços dos territórios (MONNERAT; SOUZA, 2011). Sendo esta uma dificuldade que perpassa as políticas públicas no país, é necessário superá-la para se atingir um novo grau de atuação. Pois, a assistência possui potencialidades para realizar essa interligação, devido à proximidade territorial da população usuária.

Para efetivar tal potencialidade o trabalho em rede² torna-se uma necessidade. A organização dos serviços ofertados, o aproveitamento dos recursos disponíveis e o contato com as experiências realizadas nas demais instituições proporcionam: o intercâmbio de experiências exitosas, o estabelecimento de fluxos mais funcionais entre os serviços, a identificação dos procedimentos mais efetivos, dos serviços mais demandados e a existência de duplicidade de ações para o mesmo fim. Possibilita também, a abertura de novos horizontes para intervenções alternativas (NEVES, 2009). A autora caracteriza esse conhecimento, da rede de serviços, como uma visão “*além muros*”. Ou seja, um olhar atento às questões que circundam a instituição: as demais organizações, os indivíduos que compõem o território, os demais níveis federativos - seus programas e projetos. Esse conhecimento propicia a realização de encaminhamentos quando a demanda extrapolar a esfera institucional. Para a autora, as organizações devem compor portas de entrada para a rede de atendimento, permitindo, ao usuário, acessá-la por completo. É preciso então, transpor esse processo, que ocorre cotidianamente, para o âmbito institucional. De modo a utilizá-lo, em uma tentativa de desfragmentação dos setores, das instituições e dos serviços.

O trabalho em rede vai ao encontro dos pressupostos existentes na política de assistência social, pois o SUAS é uma tentativa de democratizar, não só o acesso aos serviços, mas também o acesso a informações, a participação no planejamento e avaliação. O modelo brasileiro, de Assistência Social, estrutura-se de modo a compreender o indivíduo em sua integralidade, com vistas a suprir-lhes necessidades humanas básicas. Portanto, preza pela intersetorialidade, pois para atingir tal finalidade é necessário realizar articulações com as demais políticas públicas (BOSCHETTI, 2005). Nesse sentido, é necessário que ações de planejamento, pesquisa, avaliação, articulação e gestão passem a fazer parte do cotidiano dos profissionais que atuam na política de assistência social e sejam valorizadas ao serem identificadas enquanto meios para qualificar o atendimento despendido.

3.7 Metodologia

² - Ressalta-se que a rede, de que se trata neste projeto, consiste em uma rede de atendimento social, as ponderações e definições vão de encontro a essa característica.



O mapeamento das instituições, que ofertam serviços, benefícios e projetos à população usuária do CRAS-Trindade, seguirá as seguintes etapas:

1 Levantamento de documentos, relatórios, registros e etc., que discorram sobre os serviços, benefícios e projetos ofertados à população de Florianópolis; 2 Contatos com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do território, para identificarmos a existência de materiais sobre os processos de territorialização realizados. 3 Análise dos dados coletados, identificando as instituições localizadas na área de abrangência do CRAS Trindade que atendam seu público alvo; 4 Contatos telefônicos e visitas institucionais para conhecer as instituições mapeadas, apresentar o projeto e coletar as seguintes informações: localização e natureza da instituição, serviços ofertados, critérios de acesso, horários para atendimento, entre outras; 5 Sistematização das informações obtidas sobre as instituições; 6 Criação de um banco de dados vinculado ao e-mail do CRAS-Trindade, de modo a facilitar o acesso e a atualização das informações; 7 socialização das informações, visando incidir sobre o processo de trabalho dos profissionais das instituições mapeadas, abrindo espaço para a articulação intersetorial.

3.8 Público alvo

A materialização deste intento visa incidir sobre o processo de trabalho dos profissionais envolvidos na oferta de serviços, benefícios e projetos vinculados a PSB na área de abrangência do CRAS-Trindade e também dos demais profissionais que atuam nas instituições contatadas ao longo da aplicação deste projeto. Objetiva-se ainda atingir, de maneira indireta, a população usuária do CRAS, à medida que a ampliação desses conhecimentos busca qualificar o atendimento despendido a ela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprimoramento dos aportes necessários à elaboração de projetos no processo de planejamento coaduna com a qualificação do trabalho profissional, especialmente na busca pelo rompimento com o imprevisto, com o imediatismo e com a fragmentação. Nesse sentido, o projeto enquanto parte mais elementar do planejamento pode expressar a operacionalização do atendimento às demandas mais coletivas da população usuária dos serviços e programas, tendo como finalidade o atendimento aos seus direitos e necessidades. O projeto que trouxemos para exemplificar a discussão apresenta elementos fundamentais que constituem este instrumental: justificativa, problematização, objetivos, metodologia, metas, entre outros. Estes nos dão subsídios para pensar e elaborar novos projetos apresentar elementos, expressando sua conexão com os princípios fundamentais e deveres que a profissão elencou e inscreveu em seu atual Código de Ética (1993) e com as competências profissionais da Lei 8662/1993.

Pode-se aferir que a participação dos Assistentes Sociais nos processos de planejamento representa ainda um desafio no sentido de apropriação do tema no âmbito



teórico e também nos espaços sócio-ocupacionais. Por outro lado, tem representado especialmente a partir do Contexto pós Constituição de 1988, uma conquista da profissão na tentativa de romper com o estigma de executor acrítico das demandas institucionais, afirmando-se enquanto profissionais capazes de realizar atividades de planejamento, pesquisa e gerenciamento. Cabe destacar que os profissionais Assistentes Sociais têm em sua formação conhecimentos teóricos, técnicos e instrumentais e aportes ético-políticos que os capacitam a realizar tais atividades. Nesse sentido, o trabalho buscou contribuir para essa formação elencando alguns aportes para a elaboração de projetos, sendo estes fundamentais em um processo de planejamento.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. p. 333-356, 2016.

BONIN, Silvana. KRUGER, Tânia. Planejamento e Serviço Social. **Sociedade em Debate**, n. 21, v. 2, p. 63-83, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. O SUAS e a seguridade social. **Cadernos de Textos da V Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília. CNAS/MDS, p 10-16, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS – 2004. Brasília, DF: 2005

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CNAS. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília/DF, 2012.

CAMPOS, Arminda Eugenia Marques; ABEGÃO, Luís Henrique; DELAMARO, Maurício César. **O Planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias**. Cadernos da Oficina Social, n.9, Rio de Janeiro: COEPI, jan. 2002.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Relatório de Informações Socioterritoriais do Município de Florianópolis**. Florianópolis, 2014, 93 p.

FRITSCH, Rosângela. Planejamento estratégico: um instrumental para intervenção do Serviço Social? In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 52, p. 127-144, 1996.

MONNERAT, G. L. e SOUZA, R. G. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Rev. katálysis**. 2011, vol.14, n.1, pp. 41-49.

NEVES, Marília Nogueira. Rede de atendimento social: uma ação possível? In: **Revista da Católica**. Uberlândia, 2009, 147-165 p.

PEREIRA, Potyara. Trajetória da política social: das velhas leis dos pobres ao *Welfare State*. In: **Política Social: Temas e questões**. 2 ed. Cortez, 2009. p.59-98.

TEIXEIRA, Joaquina B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. Gestão e planejamento no campo das políticas sociais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.